



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO ÓRGÃO CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

2023



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE ÁGUA BRANCA

GILVANI PEREIRA ROSA

Diretor-Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do
Município de Água Branca

MENARA SCALDAFERRO RODRIGUES

Controladora Geral do Município
OAB/ES 29.295 – Decreto nº 9.245/2021

FABIANE DALLAFINA MATOSAK GUARESQUE

Auditora Pública Interna
CRC ES – 018478/O-5

2023



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO ÓRGÃO CENTRAL DO CONTROLE INTERNO

Emitente: Unidade Central de Controle Interno do Município de Águia Branca

Unidade Gestora: Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Águia Branca

Gestor responsável: Gilvani Pereira Rosa

Exercício: 2023

1. INTRODUÇÃO

A Controladoria Geral elaborou Plano Anual de Auditoria Interna para o exercício de 2023, que foi enviado ao Prefeito Municipal e aprovado pelo Decreto nº 10.098/2023, tendo como destaque os trabalhos de Auditoria Interna e Controle Interno, conforme determina o disposto na Lei Municipal nº 1.122/2013 e, na Instrução Normativa Municipal SCI Nº 06/2021, bem como em razão da regulamentação da Instrução Normativa 68/2020 e dos termos da Resolução 227/2011, ambas do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo.

Denota-se que a Controladoria Geral do Município envidou todos os esforços para no curso do exercício do ano de 2023, responder todas as notificações dos órgãos de Controle Externo, realizar acompanhamento e enviar respostas ao cidadão através dos canais da Ouvidoria Municipal e e-SIC, bem como realizar monitoramentos, correções e atendimento das fiscalizações dos Portais de Transparência nos sites municipais.

É notório que, em virtude da quantidade insuficiente de servidores no setor, algumas atividades não foram realizadas durante o exercício. Contudo, há de se destacar o cumprimento integral das Auditorias constante no cronograma do Plano Anual de Auditoria Interna – PAAI 2023.

Além disso, foram realizadas, durante o exercício, pela Unidade Central de Controle Interno – UCCI, avaliações da Unidade Gestora – INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE ÁGUA BRANCA, no que se refere aos pontos de controle contidos na Tabela Referencial 01 da IN 68/2020, de exigência do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, conforme disposto abaixo:



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Seleccionada
1.1.2	Despesa – realização sem prévio empenho.	Relatório de Auditoria do Processo nº 2371/2023	Lei 4.320/1964, art. 60	Avaliar se foram realizadas despesas sem emissão de prévio empenho.	Despesas empenhadas do dia 01/01/2023 a 31/07/2023 no total de R\$ 3.551.208,78 Total de processos de despesa no período de 01/01/2023 a 31/07/2023: 83 processos Período Analisado: 01/01/2023 a 31/07/2023	Amostra de despesas no valor de: R\$ 3.551.208,78 Amostra: 100% dos processos de despesa. Período Analisado: 01/01/2023 a 31/07/2023
1.2.1	Registro por competência - despesas previdenciárias patronais	Listagem de pagamentos do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Água Branca	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9.717/1998, art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local Regime de competência	Verificar se foram realizados os registros orçamentários e patrimoniais das despesas com obrigações previdenciárias, decorrente dos encargos patronais da entidade com alíquotas normais, alíquotas suplementares ou aportes atuariais, observando o regime de competência.	Em análise aos pagamentos realizados pela unidade gestora, nota-se que o Instituto de Previdência não possui despesas com obrigações previdenciárias, tendo em vista que o órgão não possui servidores concursados, sendo aqueles que atuam, cedidos pela Unidade gestora: Prefeitura Municipal de Água Branca.	Listagem de pagamentos do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Água Branca Período: 12 meses
1.2.2	Pagamento das obrigações previdenciárias - parte patronal	BALEXOD - Balancete da Execução Orçamentária da Despesa Listagem de Pagamentos das contribuições patronais do Instituto de Previdência Água Branca ao RGPS	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9.717/1998, art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local Regime de competência	Verificar se houve o pagamento tempestivo das contribuições previdenciárias decorrentes dos encargos patronais da entidade, referentes às alíquotas normais e suplementares.	Em análise aos pagamentos realizados pela unidade gestora, nota-se que o Instituto de Previdência não possui despesas com obrigações previdenciárias, tendo em vista que o órgão não possui servidores concursados. Registra-se que o recolhimento de obrigações previdenciárias parte patronal, refere-se somente, aos serviços de terceiros (autônomos).	BALEXOD - Balancete da Execução Orçamentária da Despesa Listagem de Pagamentos das contribuições patronais do Instituto de Previdência Água Branca ao RGPS Período analisado: 12 meses
1.2.3	Registro por	Demonstrativo das Variações	CF/88, art. 40.	Verificar se houve o registro	Em análise ao Demonstrativo das	DEMVA



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

	competência – multas e juros por atraso de pagamento	Patrimoniais - DEMVAP	LRF, art. 69. Lei 9.717/1998, art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local Regime de competência	por competência das despesas orçamentárias e das Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) com multa e juros decorrentes do atraso no pagamento das obrigações previdenciárias.	Variações Patrimoniais – DEMVAP, verifica-se que não há registro de VPD no exercício de 2023. DEMVAP Variações patrimoniais diminutivas financeiras – juros e encargos de mora	Variações patrimoniais diminutivas financeiras – juros e encargos de mora Período analisado: 12 meses
1.2.4	Retenção/Repasse das contribuições previdenciárias parte servidor	Demonstrativo Previdenciário Mensal de contribuição dos servidores - DEMCSE Listagem de Pagamentos de Obrigações previdenciárias – parte servidor do Instituto de Previdência Água Branca ao RPPS Extrato mensal da Folha de pagamento no Cidades	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local	Verificar se houve a retenção das contribuições previdenciárias dos servidores e o seu respectivo repasse tempestivo ao regime de previdência.	Valor Total de Contribuições previdenciárias – Parte Servidor ao RPPS no exercício de 2023: R\$ 17.265,18 Valor Total de Contribuições previdenciárias – Parte Servidor ao RGPS no exercício de 2023: R\$ 0,00 Os valores registrados no Extrato mensal da Folha de Pagamento no Cidades são compatíveis com os valores retidos e recolhidos pela unidade gestora constante do DEMCSE.	Período analisado: 12 meses Valor Total de Contribuições previdenciárias – Parte Servidor ao RPPS no exercício de 2023: R\$ 17.265,18 Valor Total de Contribuições previdenciárias – Parte Servidor ao RGPS no exercício de 2023: R\$ 0,00
1.2.5	Parcelamento de débitos previdenciários	Declaração de Quitação - DELQUIT Balanco Patrimonial - BALPAT	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local Regime de competência	Verificar se os parcelamentos de débitos previdenciários: a) estão sendo registrados como passivo da entidade; b) estão sendo registrados como ativo a receber no RPPS; c) se seu saldo total está sendo corrigido mensalmente, por índice oficial e registrado como passivo no ente devedor e como ativo no RPPS; d) se estão sendo registrados mensalmente os juros incidentes sobre o saldo devedor no ente devedor e como ativo no RPPS;	Informações contábeis dos seguintes arquivos da PCA: Declaração de Quitação - DELQUIT Balanco Patrimonial - BALPAT Período analisado: 12 meses	Informações contábeis dos seguintes arquivos da PCA: Declaração de Quitação - DELQUIT Balanco Patrimonial - BALPAT Todas as contribuições previdenciárias foram devidamente recolhidas e repassadas ao RPPS no exercício de 2023. Período analisado: 12 meses



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

				e) se as parcelas estão sendo pagas tempestivamente.		
1.2.6	Registro por competência - Receitas de Contribuições	Demonstrativo das Variações Patrimoniais - DEMVAP Demonstrativo da Receita de Contribuições - DEMREC	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º. Regime de Competência	Verificar se o RPPS está registrando por competência as Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) de contribuições previdenciárias, parte patronal, parte do servidor, dos inativos e pensionistas e as decorrentes do plano de amortização	Análise das Receitas de Contribuições através do Demonstrativo da Receita de Contribuições - DEMREC Em análise ao Demonstrativo das Variações Patrimoniais – DEMVAP, verifica-se que o Instituto de Previdência no exercício de 2023, registrou as Contribuições previdenciárias como Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA).	DEMVAS Variações patrimoniais aumentativas – *Contribuições sociais *Transferências intragovernamentais Demonstrativo da Receita de Contribuições – DEMREC Período analisado: 12 meses
1.2.7	Registro por competência – multas e juros por atraso no pagamento	Demonstrativo das Variações Patrimoniais - DEMVAP	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º. Regime de Competência	Verificar se o RPPS está registrando por competência as Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) de multas e juros decorrentes do atraso no pagamento das obrigações previdenciárias.	Em análise ao Demonstrativo das Variações Patrimoniais – DEMVAP, verifica-se que não há registro na VPA de juros decorrente de atraso no pagamento das obrigações previdenciárias no exercício de 2023. DEMVAS Variações patrimoniais aumentativas financeiras – juros e encargos de mora	DEMVAS Variações patrimoniais aumentativas financeiras – juros e encargos de mora Período analisado: 12 meses
1.2.8	Medidas de Cobrança – Créditos Previdenciários a receber e parcelamentos a receber	Relatório de Gestão - RELGES – Gestão Financeira – evidenciação dos valores da Receita de Contribuição devidos e recebidos por órgão - 2023 Declaração de Quitação - DELQUIT BALEXOD – Balancete da Execução Orçamentária da Despesa Listagem de Arrecadação de Receitas do RPPS (Patronal, servidor, custo especial) de cada	LRF	Avaliar se as obrigações previdenciárias não recolhidas pelas unidades gestoras, foram objeto de medidas de cobrança para a exigência das obrigações não adimplidas pelo gestor do RPPS e pelo Controle Interno.	Relatório de Gestão - RELGES – Gestão Financeira – evidenciação dos valores da Receita de Contribuição devidos e recebidos por órgão - 2023 Declaração de Quitação - DELQUIT Balancete da Execução Orçamentária da Despesa BALEXOD - registro Juros e encargos da dívida: R\$ 0,00 Os valores devidos das Unidades Gestoras foram recebidos pelo RPPS na sua integralidade no exercício de 2023 não	Relatório de Gestão - RELGES – Gestão Financeira – evidenciação dos valores da Receita de Contribuição devidos e recebidos por órgão – 2023 com total de recolhimento anual das Unidades Gestoras: R\$4.282.776,26 Declaração de quitação – DELQUIT expedida pelo RPPS em que declara que recebeu todas as contribuições previdenciárias no exercício



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

		unidade gestora			gerando medidas de cobranças.	vigente, não sendo necessário a adoção de medidas de cobrança. Balancete da Execução Orçamentária da Despesa BALEXOD - registro Juros e encargos da dívida: R\$ 0,00 Listagem de Arrecadação de Receitas do RPPS (Patronal, servidor, custo especial) de cada unidade gestora.
1.2.9	Despesa administrativa do RPPS	DEMDAD – Demonstrativo do cumprimento do limite de gastos com despesas administrativas RELGES – Relatório de Gestão – Taxa de Administração Relatório Mensal de Taxa Administrativa do Sistema de Contabilidade Pública	Lei 9.717/98, art. 6º, inc. VIII; Portaria MTP 1.467/2022, art. 84; Lei Local.	Verificar se o valor empenhado no exercício com despesa administrativa do RPPS está dentro do limite fixado em lei.	Verifica-se que o total do valor empenhado com gastos de taxa administrativa do RPPS se encontra abaixo do limite fixado em lei no exercício da PCA.	DEMDAD – Demonstrativo do cumprimento do limite de gastos com despesas administrativas Total das remunerações dos servidores ativos: R\$ 7.129.115,67 Percentual de taxa administrativa fixado na legislação do RPPS: 3% Limite de gastos administrativos no exercício da PCA: R\$ 213.873,47 RELGES – Relatório de Gestão – Taxa de Administração Despesa Administrativa realizada: R\$ 186.127,34 Relatório Mensal de Taxa Administrativa do Sistema de Contabilidade Pública



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

						R\$ 186.127,34
1.2.10	Disponibilidades financeiras - contas específicas	EXTBAN – Extratos bancários; Balanço Patrimonial – BALPAT; Demonstrativo de Saldos bancários – 2023 TVDISP – Termo de Verificação das Disponibilidades	LC 101/2000, art. 43, § 1º.	Avaliar se as disponibilidades financeiras do regime próprio de previdência social foram depositadas em conta específicas e distintas do ente público mantenedor. Havendo criação de fundos específicos, avaliar se os recursos estão sendo mantidos aplicados em respectivos fundos.	CONTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO: BANCOS: BANESTES: CONTA: N° 16.517.849 - Previdenciário FUNDOS: CNPJ 05.357.507/0001-10 09.594.596/0001-70 20.230.719/0001-26 CONTA: N° 16.518.375 – Taxa administrativa FUNDOS: CNPJ 05.357.507/0001-10 BANCO DO BRASIL CONTA: N° 10.671-2 - Previdenciário FUNDOS: CNPJ 11.328.882/0001-35 03.543.447/0001-03 07.111.384/0001-69 CONTA: N° 10672-0 – Taxa Administrativa FUNDOS: CNPJ 07.111.384/0001-69 CAIXA ECONOMICA FEDERAL: CONTA: N° 0045-9 - Previdenciário FUNDOS: CNPJ: 10.740.658/0001-93 10.740.670/0001-06 23.215.097/0001-55 50.642.114/0001-03 50.658.938/0001-71	SALDO FINAL DE ENCERRAMENTO DAS CONTAS NO EXERCÍCIO DE 2023 CONTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO: BANCOS: BANESTES: CONTA: N° 16.517.849 - Previdenciário FUNDOS: CNPJ 05.357.507/0001-10 <u>R\$6.360.544,10</u> 09.594.596/0001-70 <u>R\$4.706.007,46</u> 20.230.719/0001-26 <u>R\$5.469.637,65</u> CONTA: N° 16.518.375 – Taxa Administrativa FUNDOS: CNPJ 05.357.507/0001-10 <u>R\$ 770.887,41</u> BANCO DO BRASIL CONTA: N° 10.671-2 - Previdenciário FUNDOS: CNPJ 11.328.882/0001-35 – <u>R\$ 7.752.304,75</u> 03.543.447/0001-03



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

					CONTAS DE DISPONIBILIDADE BANESTES CONTA 16.517.849 - Previdenciário CONTA 16.518.375 – Taxa Administrativa BANCO DO BRASIL CONTA 10.671-2 - Previdenciário	<u>R\$ 5.760.053,05</u> 07.111.384/0001-69 <u>R\$1.591.293,13</u> CONTA: N° 10672-0 - Taxa Administrativa FUNDOS: CNPJ 07.111.384/0001-69 <u>R\$ 161.833,27</u> CAIXA ECONOMICA FEDERAL: CONTA: N° 0045-9 - Previdenciário FUNDOS: CNPJ: 10.740.658/0001-93 <u>R\$ 1.492.583,50</u> 10.740.670/0001-06 <u>R\$ 1.599.751,36</u> 23.215.097/0001-55: <u>R\$ 6.786.009,70</u> 50.642.114/0001-03: <u>R\$1.631.573,69</u> 50.658.938/0001-71 <u>R\$1.023.943,80</u> CONTAS DE DISPONIBILIDADE BANESTES CONTA 16.517.849 - Previdenciário <u>R\$ 523.021,47</u>
--	--	--	--	--	---	---



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

						CONTA 16.518.375 – Taxa Administrativa <u>R\$ 24.735,76</u> BANCO DO BRASIL - Previdenciário CONTA 10.671-2 <u>R\$27.404,46</u>
1.2.13	Equilíbrio financeiro do RPPS – Ingressos e desembolsos	BALFIN – Balanço Financeiro DEMVAS – Demonstrativo das Variações Patrimoniais BALEXOR – Balancete Orçamentário da Receita BALEXOD – Balancete Orçamentário da despesa	CRFB/88, art. 40; LRF, art. 69; Lei 9.717/1998, art. 1º.	Verificar a garantia de equivalência entre as receitas auferidas e as obrigações do RPPS em cada exercício financeiro.	Análise Financeira do RPPS BALFIN Receitas Orçamentárias: R\$ 10.219.135,76 DEMVAS Rendimentos de Aplicações financeiras: R\$ 5.905.103,51 BALVER Cobertura do Déficit Atuarial – Contribuição suplementar – Fundo em capitalização R\$ 2.032.659,53 BALEXOD Despesas empenhadas: R\$ 5.806.189,93 BALVER Cobertura de Déficit Financeiro – Fundo em Capitalização R\$ 113.578,23 Valor de insuficiência financeira: R\$ 3.411.238,98	Análise Financeira do RPPS Receitas Orçamentárias: R\$ 10.219.135,76 Rendimentos de Aplicações financeiras: R\$ 5.905.103,51 Cobertura do Déficit Atuarial – Contribuição suplementar – Fundo em capitalização R\$ 2.032.659,53 Despesas empenhadas: R\$ 5.806.189,93 BALVER Cobertura de Déficit Financeiro – Fundo em Capitalização R\$ 113.578,23 Valor de insuficiência financeira: R\$ 3.411.238,98



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

1.2.14	Equilíbrio financeiro e atuarial – Plano de equacionamento	<u>Lei Municipal nº 522/2002;</u> <u>Lei Municipal nº 523/2002;</u> RELCUST – Relatório de plano de custeio e plano de benefícios do RPPS DEMAAT – Reavaliação Atuarial BALATU – Balanço Atuarial <u>Lei Municipal nº 1.789/2023</u> BALFIN – Balanço Financeiro	CRFB/88, art. 40; LC 101/2000, art. 69; Lei 9.717/1998, art. 1º	Avaliar, no RPPS onde for verificado desequilíbrio financeiro e atuarial, se estão sendo instituídas medidas com vistas ao reequilíbrio, com base em modificação do plano de custeio normal e/ou suplementar.	Lei Municipal nº 1.789/2023 aprovada em 19.04.2023; Lei Municipal nº 1.687/2022 aprovada em 18.02.2022; Lei Municipal nº 522/2002; Lei Municipal nº 523/2002; Análise dos arquivos DEMAAT e BALATU para verificar o equilíbrio financeiro e atuarial do ente. Análise do arquivo RELCUST para avaliar se foram adotadas medidas para reequilíbrio do RPPS	Análise dos arquivos DEMAAT e BALATU para verificar o equilíbrio financeiro e atuarial do ente. Análise do arquivo RELCUST para avaliar se foram adotadas medidas para reequilíbrio do RPPS Lei municipal nº 1.789/2023 que dispõe sobre plano de amortização para equacionamento do déficit atuarial a partir da data de 19/04/2023 Lei municipal nº 1.687/2022 que dispõe sobre plano de amortização para equacionamento do déficit atuarial até o dia 18/04/2023 Lei Municipal nº 522/2002; Lei Municipal nº 523/2002;
1.2.15	Escrituração Contábil – Provisões matemáticas previdenciárias	DEMAAT Reavaliação Atuarial - BALVER – Balancete de Verificação BALATU – Balanço Atuarial	LRF, art. 69; Lei 4.320/1964, art. 100; Lei 9.717/98, art. 1º; NBC TSP-EC; MCASP.	Avaliar se o RPPS realiza escrituração contábil obedecendo as normas de contabilidade e atuária que preservem seu equilíbrio financeiro e atuarial, em especial ao registro das provisões matemáticas previdenciárias.	Análise documental do BALVER – Balanço de Verificação para averiguar se o registro do passivo – conta contábil 2.2.7.2.0.00.00 – Provisões matemática previdenciárias a longo prazo está em conformidade com o MCASP – ponto 17.5.4 Provisão Matemática Previdenciária. Conciliação dos demonstrativos DEMAAT, BALATU e BALVER com registro das provisões matemáticas.	PROVISÕES ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL ELEMENTO DE DESPESA 2.2.7.2.0.00.00 – Provisões matemática previdenciárias a longo prazo



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

1.2.17	Conciliação de contas – Registro de créditos a receber	DELQUIT – Declaração de quitação BALPAT – Balanço Patrimonial	IN regulamentador da remessa de prestação de contas	Consistência do saldo devedor da declaração de quitação (DELQUIT) com o registro de créditos previdenciários a receber (BALPAT).	Saldo devedor da DELQUIT: R\$0,00 BALPAT Saldo das contas contábeis do grupo 1.1.3.6.0.00.00 CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS A RECEBER A CURTO PRAZO: R\$0,00 Não há registro de créditos previdenciários a receber, em razão de que todas as contribuições previdenciárias, foram recolhidas e pagas pelos órgãos e entidades da Administração Pública vinculados ao RPPS no exercício de 2023.	Saldo devedor da DELQUIT: R\$0,00 BALPAT Saldo das contas contábeis do grupo 1.1.3.6.0.00.00 CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS A RECEBER A CURTO PRAZO: R\$0,00
1.2.18	Conciliação de contas – Controle da receita de contribuições previdenciárias	DELQUIT – Declaração de quitação DEMREC – Demonstrativo evidenciando os valores devidos de receitas RELGES – Relatório de gestão BALPAT – Balanço Patrimonial	IN regulamentador da remessa de prestação de contas	Consistência do saldo devedor da declaração de quitação (DELQUIT) com a diferença das contribuições devidas e recebidas pelo RPPS (DEMREC).	Conforme a conciliação dos demonstrativos da Declaração de Quitação – DELQUIT, e Relatório de Gestão - RELGES, e DEMREC – Demonstrativo evidenciando os valores devidos de receitas verifica-se que os demonstrativos e relatórios refletem a inexistência de saldo devedor constante de contribuições previdenciárias.	Receitas Devidas de Contribuições previdenciárias: R\$ 4.282.776,26 Receitas Recebidas de Contribuições previdenciárias: R\$ 4.282.776,26 Diferença: R\$ 0,00 DELQUIT: R\$0,00 BALPAT Saldo das contas contábeis do grupo 1.1.3.6.0.00.00 CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS A RECEBER A CURTO PRAZO: R\$0,00
1.2.19	Conciliação de contas – Registro de provisões matemáticas	BALATU – Balanço Atuarial BALVER – Balancete de Verificação	IN regulamentador da remessa de prestação de contas	Consistência do Balanço atuarial (BALUTU) com o registro das provisões matemáticas previdenciárias	Conciliação do Balanço Atuarial – BALATU e do Balancete Contábil de Verificação – BALVER refletindo corretamente o registro das provisões matemáticas previdenciárias.	Conciliação do Balanço Atuarial – BALATU e do Balancete Contábil de Verificação – BALVER refletindo corretamente



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

	previdenciárias			(BALVER).		o registro das provisões matemáticas previdenciárias.
1.3.1	Bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis – registro contábil compatibilidade com inventário	Balanço Patrimonial – BALPAT; Inventário de Bens Móveis – INVMOV; Inventário de Bens imóveis – INVIMO; Inventário de Bens Intangíveis – INVINT; Termo de Inventário Anual dos bens imóveis – TERIMO; Termo de Inventário Anual dos bens intangíveis – TERINT; Termo de Inventário Anual dos bens móveis – TERMOV	CRFB/88, art. 37, caput c/c Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Verificar se foi levantado o inventário anual dos bens em estoque, móveis, imóveis e se os registros patrimoniais foram evidenciados no Balanço Patrimonial, bem como se foram evidenciados os registros patrimoniais das variações decorrentes de depreciação, amortização ou exaustão, e as devidas reavaliações.	Saldo de valores da classe dos bens móveis do imobilizado constante no ativo não circulante do Balanço Patrimonial – BALPAT são idênticos ao saldo total dos valores atualizados constante do Inventário Anual de bens móveis – INVMOV. Saldo de valores da classe dos bens imóveis do imobilizado constante no ativo não circulante do Balanço Patrimonial – BALPAT são idênticos ao saldo total dos valores atualizados constante do Inventário Anual de bens imóveis – INVIMO. Saldo de valores da classe dos bens intangíveis do imobilizado constante no ativo não circulante do Balanço Patrimonial – BALPAT são idênticos ao saldo total dos valores atualizados constante do Inventário Anual de bens intangíveis – INVINT Saldo de valores da depreciação na classe dos bens móveis e imóveis do imobilizado constante no ativo não circulante do Balanço Patrimonial – BALPAT são idênticos ao saldo total dos valores de depreciação de bens móveis e imóveis. Os valores referens aos bens móveis e imóveis ainda podem ser visualizados nos arquivos TERIMO – Termo de Inventário Anual de bens imóveis e TERMOV – Termo de Inventário Anual de bens móveis.	Período Analisado: 12 meses BALPAT Valor total do Imobilizado dos bens móveis: R\$ 29.145,67 Valor total do Imobilizado dos bens imóveis: R\$ 611.916,11 Valor total do Imobilizado dos bens intangíveis: R\$ 0,00 Valor de Depreciação do Imobilizado de bens móveis: R\$ 14.039,47 Valor de Depreciação do Imobilizado de bens imóveis: R\$ 0,00 INVMOV Valor total do Inventário de Bens Móveis: R\$ 29.145,67 Depreciação de bens móveis: R\$ 14.039,47 Redução a valor recuperável de imobilizado – bens móveis: R\$5.509,36 INVIMO Valor total do Inventário de Bens



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

						Imóveis: R\$ 611.916,11 Depreciação de bens imóveis: R\$ 0,00 INVINT Valor total do Inventário de Bens Intangíveis: R\$ 0,00
1.3.3	Disponibilidades financeiras – depósito e aplicação em instituições financeiras Oficiais	EXTBAN - Extratos bancários do final do exercício de 2023 TVDISP - Termo de Verificação das Disponibilidades	LC 101/2000, art. 43 c/c § 3º, do artigo 164 da CRFB/88.	Avaliar se as disponibilidades financeiras foram depositadas em instituições financeiras oficiais.	CONTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO: BANCOS: BANESTES: CONTA: N° 16.517.849 - Previdenciário FUNDOS: CNPJ 05.357.507/0001-10 09.594.596/0001-70 20.230.719/0001-26 CONTA: N° 16.518.375 – Taxa administrativa FUNDOS: CNPJ 05.357.507/0001-10 BANCO DO BRASIL CONTA: N° 10.671-2 - Previdenciário FUNDOS: CNPJ 11.328.882/0001-35 03.543.447/0001-03 07.111.384/0001-69 CONTA: N° 10672-0 – Taxa Administrativa FUNDOS: CNPJ 07.111.384/0001-69 CAIXA ECONOMICA FEDERAL:	CONTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO: BANCOS: BANESTES: CONTA: N° 16.517.849 - Previdenciário FUNDOS: CNPJ 05.357.507/0001-10 09.594.596/0001-70 20.230.719/0001-26 CONTA: N° 16.518.375 – Taxa administrativa FUNDOS: CNPJ 05.357.507/0001-10 BANCO DO BRASIL CONTA: N° 10.671-2 - Previdenciário FUNDOS: CNPJ 11.328.882/0001-35 03.543.447/0001-03 07.111.384/0001-69 CONTA: N° 10672-0 – Taxa Administrativa FUNDOS: CNPJ 07.111.384/0001-69



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

					CONTA: Nº 0045-9 - Previdenciário FUNDOS: CNPJ: 10.740.658/0001-93 10.740.670/0001-06 23.215.097/0001-55 50.642.114/0001-03 50.658.938/0001-71 CONTAS DE DISPONIBILIDADE BANESTES CONTA 16.517.849 - Previdenciário CONTA 16.518.375 – Taxa Administrativa BANCO DO BRASIL CONTA 10.671-2 - Previdenciário As disponibilidades financeiras foram depositadas em instituições financeiras oficiais.	CAIXA ECONOMICA FEDERAL: CONTA: Nº 0045-9 - Previdenciário FUNDOS: CNPJ: 10.740.658/0001-93 10.740.670/0001-06 23.215.097/0001-55 50.642.114/0001-03 50.658.938/0001-71 CONTAS DE DISPONIBILIDADE BANESTES CONTA 16.517.849 - Previdenciário CONTA 16.518.375 – Taxa Administrativa BANCO DO BRASIL CONTA 10.671-2 - Previdenciário As disponibilidades financeiras foram depositadas em instituições financeiras oficiais.
1.3.4	Disponibilidades financeiras – depósito e aplicação confirmação externa	EXTBAN - Extratos bancários do final do exercício de 2023 BALFIN – Balanço Financeiro BALPAT – Balanço Patrimonial DEMFOCA – Demonstrativo de Fluxo de Caixa	Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Confrontar os valores registrados nas contas correntes e aplicações financeiras com os extratos bancários no final do exercício.	CONTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO: BANCOS: BANESTES: CONTA: Nº 16.517.849 - Previdenciário FUNDOS: CNPJ 05.357.507/0001-10 09.594.596/0001-70 20.230.719/0001-26	SALDO FINAL DE ENCERRAMENTO DAS CONTAS NO EXERCÍCIO DE 2023 CONTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO: BANCOS: BANESTES:



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

					CONTA: N° 16.518.375 – Taxa administrativa FUNDOS: CNPJ 05.357.507/0001-10 BANCO DO BRASIL CONTA: N° 10.671-2 - Previdenciário FUNDOS: CNPJ 11.328.882/0001-35 03.543.447/0001-03 07.111.384/0001-69 CONTA: N° 10672-0 – Taxa Administrativa FUNDOS: CNPJ 07.111.384/0001-69 CAIXA ECONOMICA FEDERAL: CONTA: N° 0045-9 - Previdenciário FUNDOS: CNPJ: 10.740.658/0001-93 10.740.670/0001-06 23.215.097/0001-55 50.642.114/0001-03 50.658.938/0001-71 CONTAS DE DISPONIBILIDADE BANESTES CONTA 16.517.849 - Previdenciário CONTA 16.518.375 – Taxa Administrativa BANCO DO BRASIL CONTA 10.671-2 - Previdenciário	CONTA: N° 16.517.849 - Previdenciário FUNDOS: CNPJ 05.357.507/0001-10 <u>R\$6.360.544,10</u> 09.594.596/0001-70 <u>R\$4.706.007,46</u> 20.230.719/0001-26 <u>R\$5.469.637,65</u> CONTA: N° 16.518.375 – Taxa Administrativa FUNDOS: CNPJ 05.357.507/0001-10 <u>R\$ 770.887,41</u> BANCO DO BRASIL CONTA: N° 10.671-2 - Previdenciário FUNDOS: CNPJ 11.328.882/0001-35 – <u>R\$ 7.752.304,75</u> 03.543.447/0001-03 <u>R\$ 5.760.053,05</u> 07.111.384/0001-69 <u>R\$1.591.293,13</u> CONTA: N° 10672-0 - Taxa Administrativa FUNDOS: CNPJ 07.111.384/0001-69 <u>R\$ 161.833,27</u>
--	--	--	--	--	--	---



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

					As demonstrações contábeis evidenciam a integridade dos valores depositados em Conta Corrente e Aplicação Financeira. Período analisado: 12 meses	CAIXA ECONOMICA FEDERAL: CONTA: Nº 0045-9 - Previdenciário FUNDOS: CNPJ: 10.740.658/0001-93 <u>R\$ 1.492.583,50</u> 10.740.670/0001-06 <u>R\$ 1.599.751,36</u> 23.215.097/0001-55: <u>R\$ 6.786.009,70</u> 50.642.114/0001-03: <u>R\$1.631.573,69</u> 50.658.938/0001-71 <u>R\$1.023.943,80</u> CONTAS DE DISPONIBILIDADE BANESTES CONTA 16.517.849 - Previdenciário <u>R\$ 523.021,47</u> CONTA 16.518.375 – Taxa Administrativa <u>R\$ 24.735,76</u> BANCO DO BRASIL - Previdenciário CONTA 10.671-2 <u>R\$27.404,46</u>
--	--	--	--	--	---	--



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

						EXTBAN - Saldo disponível nas contas do RPPS no final do exercício de 2023: R\$ 45.681.584,56 BALPAT: Ativo Circulante: R\$ 45.681.584,56 BALFIN Saldo em espécie para o exercício seguinte: R\$ 45.681.584,56 DEMFCA: Total de disponibilidade de fluxo de caixa: R\$ 45.681.584,56
1.5.1	Documentos integrantes da PCA – compatibilidade com o normativo do TCE	Documentos que compõe a PCA 2023 enviada ao Controle Interno em 01/03/2024	IN regulamentadora da remessa de prestação de contas	Avaliar de os documentos integrantes da PCA estão em conformidade com o requerido no anexo correspondente da IN regulamentadora da remessa de prestação de contas.	PCA 2023 enviada ao Controle Interno em 01/03/2024, contém todos os arquivos anexados e encontra-se em conformidade com as exigências da IN 68/2020 e suas alterações do TCEES	PCA 2023 enviada ao Controle Interno em 01/03/2024, contém todos os arquivos anexados e encontra-se em conformidade com as exigências da IN 68/2020 e suas alterações do TCEES
1.6.1.1	Extrato consolidado da folha de pagamento	Extrato Consolidado da Folha de Pagamento mensal – Cidades Relatório Mensal do Sistema de Folha de Pagamento do órgão	IN regulamentadora da remessa de prestação de contas	Verificar se os valores informados no Extrato Consolidado da remessa mensal encaminhada ao sistema Cidades Folha de Pagamento (PCF) guardam correlação com os valores registrados no sistema interno de Folha de Pagamento utilizado pela unidade gestora.	Conciliação dos valores registrados no Extrato Consolidado do Cidades Folha de Pagamento (PCF) possuem correção com os valores registrados no Relatório Mensal do Sistema informatizado de Folha de Pagamento da Unidade gestora.	Período Analisado: 12 meses Valor total da Folha de Pagamento no exercício: R\$ 4.514.786,49
1.6.1.2	Liquidação da folha	Extrato Consolidado da Folha de	Lei 4.320/1964,	Verificar se os valores	Conciliação dos valores registrados no	Período Analisado: 12 meses



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

	de pagamento	Pagamento mensal – Cidades Listagem de pagamento da Folha (Sistema Contábil)	art. 63; e, MCASP.	informados no Extrato Consolidado do Cidades Folha de Pagamento (PCF) guardam correlação com os valores contabilizados no sistema contábil utilizado pela unidade gestora.	Extrato Consolidado do Cidades Folha de Pagamento (PCF) possuem correção com os valores contabilizados no Sistema contábil.	Valor total da Folha de Pagamento no exercício: R\$ 4.514.786,49
2.2.28	Pagamento de passivos – ordem cronológica das exigibilidades	<u>Processo de Auditoria nº 2372/2023</u> CRONOS – Instrução Normativa SFI nº 02/2021 JUSTCRO – Justificativa de quebra de Ordem Cronológica	Lei 8666/93, art. 5º e 92, c/c CRFB/88, art.37	Avaliar se os passivos estão sendo pagos em ordem cronológica de suas exigibilidades.	Quantidade de Pagamentos analisados: 242 registros Valor total de pagamentos: R\$ 3.373.157,00 Quantidade de pagamentos fora da ordem cronológica: 0	Período analisado: 01/01/2023 a 30/09/2023 Total dos pagamentos realizados pela UG no período analisado: 242 Valor total de pagamentos analisados: R\$ 3.373.157,00 Quantidade de pagamentos fora da ordem cronológica: 0
2.5.10	Parcelamento de débitos previdenciários – Autorização Legal	BALPAT – Balanço Patrimonial DEMDIFD - Demonstrativo da Dívida Fundada Listagem de pagamentos contribuições previdenciárias ao RPPS	CRFB/88, art. 40; LRF, art. 69; Lei 9.717/1998, art. 1º; Portaria MTP 1.467/2022, art. 14 a 17	Verificar se os acordos de parcelamentos tiveram autorização legislativa por se tratar de dívida fundada.	Verificação Documental da Listagem de pagamentos de contribuições previdenciárias ao RPPS, ao qual consta o pagamento integral das contribuições previdenciárias. Análise do Passivo não-circulante do BALPAT ao qual não consta parcelamentos de débitos previdenciários. Observação direta do DEMDIFD ao qual consta que a Unidade Gestora não possui dívida fundada.	Verificação Documental da Listagem de repasse de contribuições previdenciárias ao RPPS, ao qual consta o repasse integral das contribuições previdenciárias. Análise do Passivo não-circulante do BALPAT ao qual não consta parcelamentos de débitos previdenciários. Observação direta do DEMDIFD ao qual consta que a Unidade Gestora não possui dívida fundada. Período Analisado: 12 meses



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

2.5.12	Orçamento – Fontes de recursos vinculadas	Lei Municipal nº 1.754/2022 BALPAT – Balanço Patrimonial BALFIN – Balanço Financeiro	Lei 4.320/64 MCASP	Verificar se o orçamento está utilizando a correta fonte de recursos definida por Resolução deste Tribunal, aplicáveis a gestão previdenciária.	Fonte de recursos classificadas em conformidade com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público Fonte de recursos prevista na LOA do exercício vigente para o RPPS evidencia fonte de recursos idênticas ao BALPAT – Balanço Patrimonial e BALFIN – Balanço Financeiro. Fonte de recursos evidenciada no BALPAT – Balanço Patrimonial e BALFIN – Balanço Financeiro, em conformidade com a IN 68/2020 do TCEES.	BALPAT e BALFIN - Fontes de Recursos: 800 – Recursos vinculados ao RPPS – Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário) 801 – Recursos vinculados ao RPPS – Fundo em Repartição (Plano Financeiro) 802 – Recursos vinculados ao RPPS – Taxa de Administração LOA 800 - 1800000000001 – Recursos vinculados ao RPPS – Fundo em capitalização (Plano Previdenciário) 802 - 1802000000000 – Recursos vinculados ao RPPS – Taxa de Administração O RPPS não possui Fonte 801 de Recursos vinculados ao RPPS – Fundo em Repartição (Plano Financeiro)
2.5.13	Orçamento – Fontes de recursos não vinculadas	Lei Municipal nº 1.754/2022 BALPAT – Balanço Patrimonial BALFIN – Balanço Financeiro	Lei 4.320/64 MCASP	Verificar a existência de dotação orçamentária para a execução da despesa do RPPS que recebe aporte para cobertura de insuficiência financeira como complementação da folha de benefícios previdenciários, em montante correspondente com a fonte de recursos do tesouro.	Em análise ao BALFIN – Balanço Financeiro e BALPAT – Balanço Patrimonial em confronto com a Lei Orçamentária Anual – LOA, verifica-se ausência orçamento de despesa vinculada na Fonte de Recursos vinculados ao RPPS – Fundo em Repartição (Plano Financeiro) – (801) O RPPS não possui Fonte 801 de Recursos vinculados ao RPPS – Fundo em Repartição (Plano Financeiro)	Lei Municipal nº 1.754/2022 <u>Fonte de recursos</u> 800 – Recursos vinculados ao RPPS – Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário) 802 – Recursos vinculados ao RPPS – Taxa de Administração BALFIN – Balanço Financeiro <u>Fonte de recursos</u> 800 – Recursos vinculados ao



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

					Registra-se que foi realizada Cobertura para insuficiência financeira no valor de R\$ 113.578,23, contudo, considerando que a movimentação financeira intraorçamentária foi realizada somente no final do exercício, não há ocorrência de previsão orçamentária na LOA vigente no ano de 2023.	RPPS – Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário) 802 – Recursos vinculados ao RPPS – Taxa de Administração BALPAT – Balanço Patrimonial Fonte de recursos 800 – Recursos vinculados ao RPPS – Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário) 802 – Recursos vinculados ao RPPS – Taxa de Administração
2.5.14	Transparência	Portal da transparência do Sítio eletrônico municipal	Lei 10.887/2004, art. 9º, inc. III; Portaria MTP 1.467/2022, art. 74	Verificar se a unidade gestora do RPPS disponibiliza ao público, inclusive por meio eletrônico, informações atualizadas e relatórios contábeis, financeiros, previdenciários acerca do respectivo regime, bem como os critérios e parâmetros adotados para garantir o seu equilíbrio financeiro e atuarial.	Analisado o Portal Transparência do Município, verificou-se que o RPPS disponibiliza informações e relatórios contábeis, financeiros, previdenciários acerca do respectivo regime, bem como os critérios e parâmetros adotados para garantir o seu equilíbrio financeiro e atuarial.	Portal da transparência do Sítio eletrônico municipal - Menu: Contas Públicas Submenu: Balancetes mensais http://aguia branca-es.portaltp.com.br/consultas/documentos.aspx?id=6&tipo=6 Balanço Anual http://aguia branca-es.portaltp.com.br/consultas/documentos.aspx?id=7 - Menu: Despesas Submenu: Cálculo Atuarial http://aguia branca-es.portaltp.com.br/consultas/documentos.aspx?id=117
2.5.18	Avaliação atuarial – reavaliação anual	DEMAAT - Reavaliação Atuarial nº1.976 Ano-Calendário 2024, ABPREV-ES (Responsável:Igor França Garcia –	CRFB/88, art. 40; LRF, art. 69; Lei 9.717/1998, art. 1º, inc. I.	Avaliar se o Regime Próprio de Previdência Social realizou em cada balanço a reavaliação do seu plano de	Em confronto dos valores registrados em provisões de longo prazo no BALPAT e BALVER com as informações contidas na Reavaliação Atuarial nº1.976 Ano-	Reavaliação Atuarial nº1.976 Ano-Calendário 2024, ABPREV-ES (Responsável:Igor França Garcia



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

		MIBA/RJ 1.659) - Lei Municipal nº 1.687/2022 https://www.cmab.es.gov.br/uploads/lei/lei-ordinaria-1687-2022-1646747471.pdf - Lei Municipal nº 1.789/2023; https://www.cmab.es.gov.br/uploads/lei/lei-ordinaria-1789-2023-1684246338.pdf RELCUST – Relatório detalhado do plano de custeio e benefícios BALVER – Balancete contábil de verificação BALPAT – Balanço patrimonial		custeio/benefícios e a verificação da manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS.	Calendário 2024, verificou-se que o RPPS realizou a reavaliação do seu plano de custeio/benefícios para manutenção de seu equilíbrio financeiro e atuarial.	– MIBA/RJ 1.659) ANEXO 3 – Provisões matemáticas a contabilizar 2.2.7.2.1.00.00 - PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO R\$94.339.594,53 - Lei Municipal nº 1.687/2022 https://www.cmab.es.gov.br/uploads/lei/lei-ordinaria-1687-2022-1646747471.pdf - Lei Municipal nº 1.789/2023; https://www.cmab.es.gov.br/uploads/lei/lei-ordinaria-1789-2023-1684246338.pdf RELCUST – Relatório detalhado do plano de custeio e benefícios -Verificação das alíquotas de segurado, patronal e custo especial BALVER – Balancete contábil de verificação 2.2.7.2.1.00.00 - Passivo não circulante – provisões a longo prazo R\$94.339.594,53 BALPAT – Balanço patrimonial Passivo não circulante – provisões a longo prazo R\$94.339.594,53
2.5.19	Cálculo atuarial –	DEMAAT - Reavaliação Atuarial	CRFB/88, art. 40;	Verificar se o RPPS realiza	DEMAAT - Reavaliação Atuarial nº1.976	DEMAAT - Reavaliação Atuarial



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

	data base	nº1.976 Ano-Calendário 2024, ABPREV-ES (Responsável:Igor França Garcia – MIBA/RJ 1.659) BALVER – Balancete contábil de verificação BALPAT – Balanço patrimonial	LRF, art. 69; Lei 9.717/1998, art. 1º; MACSP.	cálculo atuarial com data base coincidente com a data base das demonstrações contábeis do exercício.	Ano-Calendário 2024, ABPREV-ES (Responsável:Igor França Garcia – MIBA/RJ 1.659) BALVER – Balancete contábil de verificação BALPAT – Balanço patrimonial	nº1.976 Ano-Calendário 2024, ABPREV-ES (Responsável:Igor França Garcia – MIBA/RJ 1.659) Data base dos dados cadastrais da Reavaliação Atuarial: 31/12/2023 Data base do BALVER: 31/12/2023 Data base do BALPAT: 31/12/2023
2.5.20	Plano de Amortização – instituição por Lei	- Lei Municipal nº 1.789/2023; https://www.cmab.es.gov.br/uploads/leis/lei-ordinaria-1789-2023-1684246338.pdf DECAMO – Declaração do Gestor do RPPS sobre a compatibilidade do plano de amortização do déficit atuarial	CRFB/88, art. 40; LRF, art. 69; Lei 9.717/1998, art. 1º, inc. I; Portaria MTP 1.467/2022, art. 55 a 57.	Verificar se foi instituído em lei pelo ente um plano de amortização para equacionamento do déficit atuarial, conforme exigido pela legislação.	- Lei Municipal nº 1.789/2023; https://www.cmab.es.gov.br/uploads/leis/lei-ordinaria-1789-2023-1684246338.pdf DECAMO – Declaração do Gestor do RPPS sobre a compatibilidade do plano de amortização do déficit atuarial	- Lei Municipal nº 1.789/2023; https://www.cmab.es.gov.br/uploads/leis/lei-ordinaria-1789-2023-1684246338.pdf DECAMO – Declaração do Gestor do RPPS sobre a compatibilidade do plano de amortização do déficit atuarial
2.5.21	Plano de Amortização estudo de viabilidade	SUSTEN – Estudo de Sustentabilidade do RPPS Demonstrativo da Despesa com Pessoal - Projeção DECAMO – Declaração do Gestor do RPPS sobre a compatibilidade do plano de amortização do déficit atuarial - Análise da Tabela de Equacionamento do Déficit Atuarial	CRFB/88, art. 40; LRF, art. 1º e 69; Portaria MTP 1.467/2022, art. 64.	Verificar se foi elaborado estudo de viabilidade orçamentária, financeira e de cumprimento dos limites de despesas de pessoal, por todo o período de duração do plano de amortização do déficit atuarial.	SUSTEN – Estudo de Sustentabilidade do RPPS Demonstrativo da Despesa com Pessoal - Projeção DECAMO – Declaração do Gestor do RPPS sobre a compatibilidade do plano de amortização do déficit atuarial - Análise da Tabela de Equacionamento do Déficit Atuarial	SUSTEN – Estudo de Sustentabilidade do RPPS Demonstrativo da Despesa com Pessoal - Projeção DECAMO – Declaração do Gestor do RPPS sobre a compatibilidade do plano de amortização do déficit atuarial - Análise da Tabela de



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

						Equacionamento do Déficit Atuarial
2.5.22	Contabilização da amortização do déficit atuarial	BALVER – Balancete de Verificação Contábil BALFIN – Balanço Financeiro	MCASP; Portaria 1.467/2022, art. 55.	Verificar se houve a correta contabilização dos repasses das amortizações do déficit ao RPPS pela Unidade Gestora devedora, bem como do reconhecimento da receita pelo RPPS em conta específica do plano de contas.	BALVER – Balancete de Verificação Contábil: Elemento de Despesa - 4.5.1.3.2.02.05 Cobertura do Déficit Atuarial – Contribuição suplementar – Fundo em capitalização – Intra OFSS R\$ 2.032.659,53 BALFIN – Balanço Financeiro Recursos vinculados à Previdência Social – RPPS 800 – Recursos Vinculados ao RPPS – Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	BALVER – Balancete de Verificação Contábil: Elemento de Despesa - 4.5.1.3.2.02.05 Cobertura do Déficit Atuarial – Contribuição suplementar – Fundo em capitalização – Intra OFSS R\$ 2.032.659,53 BALFIN – Balanço Financeiro Recursos vinculados à Previdência Social – RPPS 800 – Recursos Vinculados ao RPPS – Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)
2.5.23	Segregação dos planos – estabelecimento por lei	Lei Municipal nº 522/2002 Lei Municipal nº 523/2002 Lei Municipal nº 1.754/2022 Lei Municipal nº 1.789/2023 BALFIN – Balanço Financeiro BALPAT – Balanço Patrimonial	CRFB/88, art. 40; LRF, art. 1º, 50, inc. III, e 69; Portaria 1.467/2022, art. 60, caput.	Verificar se houve separação financeira, orçamentária e contábil do Plano financeiro e do Plano Previdenciário foi implementada por lei, e que permita a emissão de demonstrações contábeis segregadas para cada plano.	O Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Águia Branca-ES não apresenta segregação de massa, pois se verifica que possui somente Plano Previdenciário. Ausência de Plano Financeiro no RPPS, razão pela qual não há segregação das demonstrações contábeis para cada plano.	Lei Municipal nº 522/2002, prevê o plano de custeio Lei Municipal nº 523/2002 – cria o Instituto de Previdência, e não prevê segregação de massa. Lei Municipal nº 1.789/2023 – Reavaliação Atuarial com tabela de equacionamento do Déficit Atuarial para o ano de 2023 Lei Municipal nº 1.754/2022 – Lei Orçamentária Anual <u>Fonte de recursos</u> 800 – Recursos vinculados ao RPPS – Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário) 802 – Recursos vinculados ao RPPS – Taxa de Administração



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

						BALFIN – Balanço Financeiro Fonte de recursos 800 – Recursos vinculados ao RPPS – Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário) 802 – Recursos vinculados ao RPPS – Taxa de Administração BALPAT – Balanço Patrimonial Fonte de recursos 800 – Recursos vinculados ao RPPS – Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário) 802 – Recursos vinculados ao RPPS – Taxa de Administração
2.5.25	Recadastramento dos inativos e pensionistas	Relatório de Censo Previdenciário, Recadastramento e Prova de Vida – RELCENS Relatório de Gestão - RELGES BASECD – Base de Dados Cadastral	Lei 10.887/2004, art. 9º, inc. II; Portaria MTP 1.467/2022, art. 47	Verificar se o RPPS realiza recadastramento anual dos aposentados e pensionistas, com a atualização de todos os dados cadastrais necessários para manutenção de base de dados adequada, e não apenas “prova de vida”.	Recenseamento e recadastramento de 100% dos servidores aposentados e pensionistas realizado no período de 01.10.2023 a 30.10.2023.	Relatório de Censo Previdenciário, Recadastramento e Prova de Vida – RELCENS Relatório de Gestão RELGES Item 03 – Gestão de benefícios Inativos: 91 Pensionistas: 13 BASECD – Base de Dados Cadastral
2.5.27	Hipóteses Atuariais - Definição	HIPOTES – Relatório de Análise de hipóteses atuariais	CRFB/88, art. 40; LRF, art. 69; Lei 9.717/1998, art. 1º, inc. I; Portaria MTP 1.467/2022, art. 33.	Verificar se estão sendo eleitas as hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras mais adequadas às características da massa de segurado e de seus dependentes para o correto dimensionamento dos compromissos futuros do RPPS.	HIPOTES – Relatório de Análise de hipóteses atuariais Planilha ISP – Resultado Final 2023 – Consolidado: https://www.gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/rpps/indice-de-situacao-previdenciaria/indice-de-situacao-previdenciaria-divulgacao-de-resultados	HIPOTES – Relatório de Análise de hipóteses atuariais Planilha ISP – Resultado Final 2023 – Consolidado: https://www.gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/rpps/indice-de-situacao-previdenciaria/indice-de-situacao-previdenciaria-divulgacao-de-resultados



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

					Relatório do ISP 2023 demonstrando que o RPPS do Município de Águia Branca é classificado no grupo de pequeno porte. Considerando o ISP-RPPS 2023, publicado em 14 de agosto de 2023, o RPPS de ÁGUA BRANCA – ES possui o GRUPO DE PORTE classificado como PEQUENO PORTE não possuindo a obrigatoriedade de elaboração do relatório de Análise das Hipóteses.	Relatório do ISP 2023 demonstrando que o RPPS do Município de Águia Branca é classificado no grupo de pequeno porte. Considerando o ISP-RPPS 2023, publicado em 14 de agosto de 2023, o RPPS de ÁGUA BRANCA – ES possui o GRUPO DE PORTE classificado como PEQUENO PORTE não possuindo a obrigatoriedade de elaboração do relatório de Análise das Hipóteses.
2.5.28	Hipóteses Atuariais – Eleição conjunta	HIPOTES – Relatório de Análise de hipóteses atuariais	CRFB/88, art. 40; LRF, art. 69; Lei 9.717/1998, art. 1º, inc. I; Portaria MTP 1.467/2022, art. 33.	Verificar se as hipóteses estão sendo escolhidas conjuntamente pelo ente federativo, a unidade gestora do RPPS e o atuário responsável pela elaboração da avaliação atuarial.	HIPOTES – Relatório de Análise de hipóteses atuariais Planilha ISP – Resultado Final 2023 – Consolidado: https://www.gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/rpps/indice-de-situacao-previdenciaria/indice-de-situacao-previdenciaria-divulgacao-de-resultados Relatório do ISP 2023 demonstrando que o RPPS do Município de Águia Branca é classificado no grupo de pequeno porte. Considerando o ISP-RPPS 2023, publicado em 14 de agosto de 2023, o RPPS de ÁGUA BRANCA – ES possui o GRUPO DE PORTE classificado como PEQUENO PORTE não possuindo a obrigatoriedade de elaboração do relatório de Análise das Hipóteses. Dessa forma, o procedimento	HIPOTES – Relatório de Análise de hipóteses atuariais Planilha ISP – Resultado Final 2023 – Consolidado: https://www.gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/rpps/indice-de-situacao-previdenciaria/indice-de-situacao-previdenciaria-divulgacao-de-resultados Relatório do ISP 2023 demonstrando que o RPPS do Município de Águia Branca é classificado no grupo de pequeno porte. Considerando o ISP-RPPS 2023, publicado em 14 de agosto de 2023, o RPPS de ÁGUA BRANCA – ES possui o GRUPO



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

					não é aplicável ao RPPS do Município de Águia Branca.	DE PORTE classificado como PEQUENO PORTE não possuindo a obrigatoriedade de elaboração do relatório de Análise das Hipóteses. Dessa forma, o procedimento não é aplicável ao RPPS do Município de Águia Branca.
2.5.31	Comitê de investimentos - instituição	RELGES – Relatório de gestão Decreto Municipal nº 10.077/2022	Portaria MTP 1.467/2022, art. 91 e 280.	Verificar se houve a instituição do Comitê de Investimento.	RELGES – Relatório de gestão <u>Gestão de investimentos:</u> Decretos de Instituição do Comitê de Investimento: Decreto Municipal nº 10.077/2022 Presidente: Gilvani Pereira Rosa Membro: Ines Gomes Silva Membro: Joyce Canal Corteleti	RELGES – Relatório de gestão <u>Gestão de investimentos:</u> Decretos de Instituição do Comitê de Investimento: Decreto Municipal nº 10.077/2022 Presidente: Gilvani Pereira Rosa Membro: Ines Gomes Silva Membro: Joyce Canal Corteleti
2.5.32	Comitê de investimentos - Reuniões	RELGES – Relatório de gestão Atas de Registro das Reuniões Ordinárias e Extraordinárias do Comitê de Investimentos no exercício.	Portaria MTP 1.467/2022, art. 91, inc. III.	Verificar se houve regularidade das reuniões e o devido registro em atas das deliberações.	RELGES – Relatório de gestão Ata de Registro das Reuniões Ordinárias do Comitê de Investimentos: 03/01/2023 06/02/2023 06/03/2023 06/03/2023 03/04/2023 08/05/2023 05/06/2023 03/07/2023	RELGES – Relatório de gestão Ata de Registro das Reuniões Ordinárias do Comitê de Investimentos: 03/01/2023 06/02/2023 06/03/2023 06/03/2023 03/04/2023 08/05/2023 05/06/2023



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

					07/08/2023 04/09/2023 02/10/2023 06/11/2023 04/12/2023 Em consulta ao Relatório de Gestão – RELGES, em confronto com as Atas de Registro das Reuniões Ordinárias do Comitê de Investimentos do RPPS, verifica-se o cumprimento de periodicidade na realização de reuniões.	03/07/2023 07/08/2023 04/09/2023 02/10/2023 06/11/2023 04/12/2023
2.5.33	Comitê de investimentos Certificados dos membros	RELGES – Relatório de gestão Decreto Municipal nº 10.077/2022	Portaria MTP 1.467/2022, art. 76.	Verificar se a maioria dos membros possui certificação para operar no mercado brasileiro de capitais.	RELGES – Relatório de gestão Gestão de investimentos: Decretos de Instituição do Comitê de Investimento: Decreto Municipal nº 10.077/2022 Membros do Comitê de Investimento: - Gilvani Pereira Rosa: Qualificação: TOTUM CP RPPS DIRIG RPPS-III e CP RPPS CGINV III -Ines Gomes da Silva: Qualificação: CPA-10; - Joyce Canal Corteleti: Qualificação: CPA-10 03 componentes com qualificação técnica, ou seja, 100% dos membros com qualificação.	RELGES – Relatório de gestão Gestão de investimentos: Decretos de Instituição do Comitê de Investimento: Decreto Municipal nº 10.077/2022 Membros do Comitê de Investimento: - Gilvani Pereira Rosa: Qualificação: TOTUM CP RPPS DIRIG RPPS-III e CP RPPS CGINV III -Ines Gomes da Silva: Qualificação: CPA-10; - Joyce Canal Corteleti: Qualificação: CPA-10 03 componentes com qualificação técnica, ou seja, 100% dos membros com qualificação.
2.5.34	Política de Investimento	RELPOL – Política Anual de Investimentos	Lei 9.717/1998, art.1º, § único, e 6º, inc. IV e VI;	Verificar se foi instituída no exercício anterior, a Política de Investimento para exercício	O RPPS elaborou a Política Pública de Investimento, disponível no site do Município de Água Branca/ES conforme	Em conformidade com a legislação vigente o RPPS elaborou a Política Pública de



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

		https://www.prefeituradeaguia branca.es.gov.br/uploads/documento/20221216083903-pai-2023.pdf	Resolução CMN nº 4.963/2021, art. 4º	financeiro subsequente.	link de acesso: https://www.prefeituradeaguia branca.es.gov.br/uploads/documento/20221216083903-pai-2023.pdf	Investimento, que foi instituída no exercício anterior, e se encontra disponível no sítio eletrônico do Município de Águia Branca/ES, através do link de acesso: https://www.prefeituradeaguia branca.es.gov.br/uploads/documento/20221216083903-pai-2023.pdf
2.5.35	Aplicação dos recursos	RELGES – Relatório de Gestão (Gestão de Investimentos) DEMPOL – Demonstrativo da Política Anual de Investimentos	CRFB/88, art. 164, § 3º; LRF, art. 43.	Avaliar se os recursos financeiros do RPPS estão aplicados em instituições autorizadas pela Comissão de Valores Mobiliários, conforme orientações fornecidas pelo Ministério da Previdência.	Em análise as entidades credenciadas pelo Instituto de Previdência para receber aplicações, verifica-se que os recursos financeiros do RPPS, estão sendo aplicados em instituições autorizadas pela Comissão de Valores Mobiliários, em conformidade com as regras previstas na Portaria do MTP nº 1.467/2022 e na Resolução CMN nº 4.963/2021.	RELGES – Relatório de Gestão (Gestão de Investimentos) - Entidades credenciadas pelo Instituto para receber aplicações: Banco do Brasil S.A CNPJ: 00.000.000/0806-08 Banco do Estado do Espírito Santo S.A CNPJ: 28.127.603/0088-29 Caixa Econômica Federal CNPJ: 00.360.305/0719-82 DEMPOL – Demonstrativo da Política Anual de Investimentos, com informações pertinentes aos fundos e planos constituídos pelo RPPS durante o exercício.
2.5.36	Utilização do Formulário (APR)	RELRENT – Relatório Trimestral de investimentos – 4º trimestre RELGES – Relatório de Gestão (Gestão de Investimentos)	Portaria MTP nº 1.467/2022, art. 116	Avaliar se o formulário de Autorização de Aplicação e Resgate (APR) está sendo utilizado em todas as aplicações e resgates.	Conciliação das informações constantes no RELRENT – Relatório Trimestral de investimentos (4º trimestre), com as APR descritas no RELGES – Relatório de Gestão (Gestão de Investimentos), sendo atestada que as aplicações e resgastes estão sendo realizadas através de formulário de APR.	RELRENT – Relatório Trimestral de investimentos – 4º trimestre RELGES – Relatório de Gestão (Gestão de Investimentos) Formulários de APR: APR 001/2023 – 17/03/2023



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

					Formulários de APR: APR 001/2023 – 17/03/2023 (Aplicação) APR 002/2023 – 20/03/2023 (Aplicação) APR 003/2023 – 28/03/2023 (Resgate) APR 004/2023 – 27/04/2023 (Resgate) APR 005/2023 – 14/06/2023 (Resgate) APR 006/2023 – 14/06/2023 (Resgate) APR 007/2023 – 14/06/2023 (Resgate) APR 008/2023 – 14/06/2023 (Aplicação) APR 009/2023 – 14/06/2023 (Aplicação) APR 010/2023 – 21/06/2023 (Resgate) APR 011/2023 – 12/07/2023 (Resgate) APR 012/2023 – 09/08/2023 (Resgate) APR 013/2023 – 16/08/2023 (Resgate) APR 014/2023 – 23/08/2023 (Aplicação) APR 015/2023 – 22/09/2023 (Resgate) APR 016/2023 – 20/10/2023 (Resgate) APR 017/2023 – 20/10/2023 (Resgate) APR 018/2023 – 17/11/2023 (Aplicação) APR 018-A/2023 – 17/11/2023 (Resgate) APR 020/2023 – 28/11/2023 (Resgate) APR 021/2023 – 28/11/2023 (Resgate) APR 022/2023 – 18/12/2023 (Resgate) APR 023/2023 – 18/12/2023 (Resgate)	(Aplicação) APR 002/2023 – 20/03/2023 (Aplicação) APR 003/2023 – 28/03/2023 (Resgate) APR 004/2023 – 27/04/2023 (Resgate) APR 005/2023 – 14/06/2023 (Resgate) APR 006/2023 – 14/06/2023 (Resgate) APR 007/2023 – 14/06/2023 (Resgate) APR 008/2023 – 14/06/2023 (Aplicação) APR 009/2023 – 14/06/2023 (Aplicação) APR 010/2023 – 21/06/2023 (Resgate) APR 011/2023 – 12/07/2023 (Resgate) APR 012/2023 – 09/08/2023 (Resgate) APR 013/2023 – 16/08/2023 (Resgate) APR 014/2023 – 23/08/2023 (Aplicação) APR 015/2023 – 22/09/2023 (Resgate) APR 016/2023 – 20/10/2023 (Resgate) APR 017/2023 – 20/10/2023 (Resgate) APR 018/2023 – 17/11/2023 (Aplicação) APR 018-A/2023 – 17/11/2023 (Resgate) APR 020/2023 – 28/11/2023
--	--	--	--	--	--	--



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

						(Resgate) APR 021/2023 – 28/11/2023 (Resgate) APR 022/2023 – 18/12/2023(Resgate) APR 023/2023 – 18/12/2023 (Resgate)
2.5.40	Concessão e pagamento indevidos de aposentadoria por invalidez	RELGES – Relatório de Gestão – Perícia Médica / Gestão de benefícios – Benefícios concedidos pelo RPPS Extrato mensal consolidado da concessão de benefícios pelo RPPS - Cidades	CRFB /88, art. 37.	Verificar se as aposentadorias por invalidez estão sendo concedidas por junta médica, composta por no mínimo três médicos peritos.	Em análise aos benefícios concedidos pelo RPPS, segregados por tipo de benefício no exercício de 2023, bem como em análise do Extrato mensal consolidado da concessão de benefícios pelo RPPS do Cidades, verifica-se que no exercício de 2023, não foram concedidas aposentadorias por invalidez pela unidade gestora.	RELGES – Relatório de Gestão – Perícia Médica / Gestão de benefícios – Benefícios concedidos pelo RPPS Extrato mensal consolidado da concessão de benefícios pelo RPPS - Cidades
2.5.41	Pagamento de benefícios não previdenciários	RELGES – Relatório de Gestão – Gestão de benefícios – Benefícios concedidos pelo RPPS Gestão Orçamentária – Despesas empenhadas Listagem de pagamentos realizados pelo RPPS	CRFB/88, art. 40; EC 103/2019, art. 9º, § 2º; LRF, art. 6º; Lei 9.717/1998, art. 5º.	Verificar se a unidade gestora do RPPS está pagando benefícios distintos de aposentadorias e pensões por morte.	Em análise aos benefícios concedidos e pagos pelo RPPS, verifica-se que a Unidade gestora não efetuou pagamento de benefícios não previdenciários no exercício de 2023.	RELGES – Relatório de Gestão – Gestão de benefícios – Benefícios concedidos pelo RPPS Gestão Orçamentária – Despesas empenhadas Listagem de pagamentos realizados pelo RPPS
2.5.45	Despesa Administrativa fixação em lei	Lei Municipal nº 1.671/2021 Lei Municipal nº 1.789/2023	Lei 9.717/1998, art. 6, inc. VIII; Portaria MTP 1.467/2022, art. 84; Lei Municipal nº 1.671/2021 Lei Municipal nº 1.789/2023	Verificar se o percentual para despesa administrativa foi fixado em lei.	Em conformidade com o art. 2º da Lei 1.671/2021, que alterou o art. 83 da Lei Municipal nº 523/2002, verifica-se a previsão de taxa de administração anual de 2,5% do valor total da remuneração dos servidores municipais destinado para as despesas administrativas até a data de 16/07/2023. Em conformidade com o art. 3º da Lei 1.789/2023, verifica-se a previsão de taxa	Em conformidade com o art. 2º da Lei 1.671/2021, que alterou o art. 83 da Lei Municipal nº 523/2002, verifica-se a previsão de taxa de administração anual de 2,5% do valor total da remuneração dos servidores municipais destinado para as despesas administrativas até a data de 16/07/2023.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

					de administração anual de 3% do valor total da remuneração dos servidores municipais destinado para as despesas administrativas a partir da data de 17/07/2023.	Em conformidade com o art. 3º da Lei 1.789/2023, verifica-se a previsão de taxa de administração anual de 3% do valor total da remuneração dos servidores municipais destinado para as despesas administrativas a partir da data de 17/07/2023.
2.5.46	Despesa administrativa – cumprimento do limite	DEMDAD – Demonstrativo do cumprimento do limite de gastos com despesas administrativas RELGES – Relatório de Gestão – Taxa de Administração Relatório Mensal de Taxa Administrativa do Sistema de Contabilidade Pública	Lei 9.717/1998, art. 1º, inc. III; Portaria MTP 1.467/2022, art. 84;	Verificar se houve recursos previdenciários cobrindo o excesso da taxa administrativa (a taxa de administração será definida em lei do ente, sob forma de percentual incidente sobre o somatório da remuneração de contribuição dos servidores ativos vinculados ao RPPS, apurado no exercício anterior).	Verifica-se que o repasse de taxa administrativa ao RPPS se demonstrou suficiente a cobertura dos gastos administrativos da unidade gestora, cumprindo assim, o limite de gastos administrativos no exercício da PCA fixada em lei. Registra-se ainda, não foram utilizados recursos previdenciários para fins de cobertura do excesso de taxa administrativa.	DEMDAD – Demonstrativo do cumprimento do limite de gastos com despesas administrativas Total das remunerações dos servidores ativos: R\$ 7.129.115,67 Percentual de taxa administrativa fixado na legislação do RPPS: 3% Limite de gastos administrativos no exercício da PCA: R\$ 213.873,47 RELGES – Relatório de Gestão – Taxa de Administração Despesa Administrativa realizada: R\$ 186.127,34 Relatório Mensal de Taxa Administrativa do Sistema de Contabilidade Pública: R\$ 186.127,34
2.7.2.3	Registro de Aposentadorias, reserva remunerada	RELGES – Relatório de gestão Consulta dos processos ao site do	CF/88, art. 71, III e IN TC nº 31/2014, art. 2º.	Verificar se aposentadorias de servidores efetivos, a transferência para a reserva	Em análise ao Relatório de Gestão – RELGES, em consulta a Remessa Concessão de benefícios encaminhada via	Listagem de Processos encaminhados para fins de registro ao TCEES:



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

	e reforma – envio ao TCE	TCEES Consulta de Remessa Concessão de benefícios via Sistema CidadES		remunerada e a reforma de militares concedidas pelo RPPS estão sendo encaminhadas ao TCE para fins de registro.	Sistema CidadES verifica-se que no exercício de 2023, foram encaminhados 14 processos de aposentadoria para fins de registro no TCEES.	Remessa Concessão de benefícios com total de 14 registros de Aposentadorias enviados ao TCEES durante o exercício: 6383/2023-8 6453/2023-1 6552/2023-8 6632/2023-3 6719/2023-1 6815/2023-5 6817/2023-4 6816/2023-1 7477/2023-7 7538/2023-1 7539/2023-4 750/2024-1 749/2024-9 751/2024-6
2.7.2.4	Registro de Aposentadorias, reserva remunerada e reforma – apreciação do controle interno	RELGES – Relatório de gestão Consulta de Remessa Concessão de benefícios via Sistema CidadES Análise dos Pareceres concedidos para fins de Aposentadoria pelo Controle Interno.	CRFB/88, art. 71, inc. III; IN TC nº 31/2014, art. 2º.	Verificar se aposentadorias de servidores efetivos, a transferência para a reserva remunerada e a reforma de militares concedidas pelo RPPS estão sendo submetidos à apreciação do controle interno por meio de emissão de parecer	Em análise ao Relatório de Gestão – RELGES, em confronto com os Pareceres emitidos pela Controladoria, e a Remessa Concessão de benefícios via Sistema CidadES, verifica-se que no exercício de 2023, todos os processos de Aposentadoria foram submetidos ao órgão de controle interno para emissão de parecer.	RELGES – Relatório de gestão Consulta de Remessa Concessão de benefícios via Sistema CidadES Análise dos Pareceres concedidos para fins de Aposentadoria pelo Controle Interno. Foram emitidos pelo Controle interno o total de 15 pareceres de Aposentadoria no exercício de 2023.
2.7.2.5	Registro de Pensões – envio ao TCE	RELGES – Relatório de gestão Consulta de Remessa Concessão	CRFB /88, art. 71, inc. III; IN TC nº 31/2014,	Verificar se as pensões concedidas pelo RPPS estão sendo encaminhadas ao TCE	Verificação documental do Relatório de Gestão – RELGES e dos Atos de concessão de benefícios via Sistema	Verificação documental do Relatório de Gestão – RELGES e dos Atos de concessão de



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

		de benefícios via Sistema CidadES	art. 2º.	para fins de registro.	Cidades ao qual não constam concessões de benefícios de pensão por morte no exercício de 2023.	benefícios via Sistema Cidades ao qual não constam concessões de benefícios de pensão por morte no exercício de 2023.
2.7.2.6	Registro de Pensões – apreciação do controle interno	RELGES – Relatório de gestão Consulta de Remessa Concessão de benefícios via Sistema CidadES	CRFB/88, art. 71, inc. III; IN TC nº 31/2014, art. 2º.	Verificar se as pensões concedidas pelo RPPS estão sendo submetidos à apreciação do controle interno por meio de emissão de parecer.	Verificação documental do Relatório de Gestão – RELGES e dos Atos de concessão de benefícios via Sistema Cidades ao qual não constam concessões de benefícios de pensão por morte no exercício de 2023.	Verificação documental do Relatório de Gestão – RELGES e dos Atos de concessão de benefícios via Sistema Cidades ao qual não constam concessões de benefícios de pensão por morte no exercício de 2023.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

2. QUADRO DE PESSOAL

No exercício do ano de 2023 para as atividades da CGM – Controladoria Geral do Município, a Unidade Central de Controle Interno, contou com o total de 02 (servidores), sendo 01 (um) Controlador Geral do Município, e um 01 (um) Auditor Público Interno efetivo.

Nesse sentido, ao final do ano de 2023, a Unidade Central encerrou suas atividades com o seguinte quadro de servidores, conforme relação abaixo:

Funções	Vagas	2023
Controlador Geral	1	1
Coordenador técnico de Contabilidade	1	0
Coordenador técnico de Auditoria	1	0
Auditor Público Interno	2	1
TOTAL DE SERVIDORES.....	05	02

Atualmente, a Controladoria Geral do Município apresenta um *déficit* do quadro de servidores, tendo em vista o preenchimento de 40% das vagas disponíveis, com um total de 02 (duas) vagas preenchidas conforme demonstração acima.

Outrossim, a alta demanda do exercício de 2023 prejudicou a execução completa das atividades permanentes do órgão de controle interno, principalmente em razão do cargo de Auditor Público Interno, com formação em Ciências Contábeis possuir carga horária semanal de 20h (vinte horas), insuficiente a atender as finalidades e demandas oriundas das 04 (quatro) Unidades Gestoras vinculadas a Unidade Central de Controle Interno.

3. ATIVIDADES REALIZADAS NO EXERCÍCIO DE 2023

Considerando as atividades desenvolvidas na Unidade Central de Controle Interno – UCCI no ano de 2023, ressalta-se a ocorrência do cumprimento integral do Cronograma de Auditorias previstas no PAAI/2023, registrando que as atividades permanentes, restaram prejudicadas por ausência de quadro de pessoal suficiente a atender com eficiência as demandas encaminhadas ao órgão.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

3.1 Auditoria Interna executada

Os procedimentos de Auditoria integram como fonte principal as demandas da Controladoria Municipal. É notório destacar que a presença do Auditor Público Interno é imprescindível para realização de Auditorias nas Unidades Gestoras.

Partindo da análise do **Cronograma de Auditorias e Atividades do Controle Interno no exercício de 2023**, destacamos que foram previstas 10 (dez) Auditorias a serem realizadas no exercício de 2023, todas executadas e **CONCLUÍDAS**, sem a necessidade de monitorando das recomendações propostas, conforme consta quadro abaixo:

AUDITORIAS INTERNAS EXECUTADAS EM 2023

IDENTIFICAÇÃO	AÇÃO DE AUDITORIA	UNIDADE GESTORA	OBJETO DA AUDITORIA
Processo nº 1665/2023	AÇÃO Nº 001/2023	CÂMARA MUNICIPAL	Pagamento de passivos – ordem cronológica das exigibilidades
Processo nº 1666/2023	AÇÃO Nº 002/2023	PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA (Contas de Governo)	Limites Constitucionais e legais
Processo nº 2367/2023	AÇÃO Nº 003/2023	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	- Registro por competência - despesas previdenciárias patronais - Pagamento das obrigações previdenciárias - parte patronal - Retenção/Repasse das contribuições previdenciárias - parte servidor
Processo nº 2228/2023	AÇÃO Nº 004/2023	CÂMARA MUNICIPAL	Limites Constitucionais e legais
Processo nº 2368/2023	AÇÃO Nº 005/2023	PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA (Contas de Gestão)	Despesa – realização sem prévio empenho
Processo nº 2369/2023	AÇÃO Nº 006/2023	CÂMARA MUNICIPAL	Despesa – realização sem prévio empenho
Processo nº 2370/2023	AÇÃO Nº 007/2023	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	Despesa – realização sem prévio empenho
Processo nº 2371/2023	AÇÃO Nº 008/2023	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS	Despesa – realização sem prévio empenho
Processo nº 2372/2023	AÇÃO Nº 009/2023	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS	Pagamento de passivos – ordem cronológica das exigibilidades
Processo nº 1667/2023	AÇÃO Nº 010/2023	PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA (Contas de Governo)	- Créditos adicionais – autorização legislativa para abertura - Créditos adicionais – decreto executivo



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

3.2 Análises Técnicas e Outros procedimentos realizados

Consoante às atividades realizadas pela Unidade Central de Controle Interno no exercício de 2023, pautados no cumprimento das Leis Municipais, Constituição Federal 1988, Instrução Normativa 68/2020 do TCEES, Resolução nº 227/2011 do TCEES e demais disposições legais aplicáveis, no tocante aos procedimentos adotados pelo Controle Interno no ano de 2023, destaca-se a instauração 01 (um) Processo de Inspeção, e 06 (seis) Processos de fiscalização, conforme transcrevo resumo abaixo:

IDENTIFICAÇÃO	UNIDADE GESTORA	OBJETO	SITUAÇÃO
Processo nº 752/2023	PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA	Reclamação TC nº 062/2023-1 – Ouvidoria do TCEES	Concluído
Processo nº 1722/2023	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE ÁGUA BRANCA	Notícia de Irregularidade TC nº 161/2023-9 – Ouvidoria do TCEES	Concluído
Processo nº 2883/2023	PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA	Notícia de Irregularidade TC nº 307/2023 – Ouvidoria do TCEES	Concluído
Processo nº 4301/2023	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	Inspeção - Avaliar através de inspeção <i>in loco</i> as fraldas geriátricas disponibilizadas pelo serviço de Assistência Social da Secretaria Municipal de Saúde	Concluído
Processo nº 3137/2023	PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA	Avaliação do Programa Nacional de Transparência Pública – PNTP 2023	Concluído
Processo nº 3138/2023	CÂMARA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA	Avaliação do Programa Nacional de Transparência Pública – PNTP 2023	Concluído
Processo nº 3694/2023	PREFEITURA MUNICIPAL	Avaliação do Ranking Capixaba de Transparência e Governança Pública 2023	Concluído

Além disso, com a finalidade de orientar o gestor na prática dos atos de gestão, pautados no cumprimento das Leis Municipais, Constituição Federal 1988, Instrução Normativa 68/2020 do TCEES 28/2013 e Resolução nº 227/2011 TCEES e demais disposições legais aplicáveis, foram expedidas diversas Comunicações, Recomendações e Alertas as Unidades Gestoras durante o exercício de 2023, conforme destacamos a seguir:

- OFÍCIO/CGM/001/2023 – Comunicação – Novo ponto de controle do CidadES
Folha de Pagamento – Abate teto;



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

- OFÍCIO/CGM/002/2023 – Comunicação – Prazo de envio do Resumo do Concurso do Exercício Anterior – RCA 2022;
- OFÍCIO/CGM/003/2023 – Plano de Ação do Processo nº 2784/2022 – Adequações do Portal da Transparência e sítio eletrônico municipal;
- OFÍCIO/CGM/004/2023 – Comunicação – Novo ponto de controle do CidadES Folha de Pagamento – Abate teto;
- OFÍCIO/CGM/005/2023 – Recomendação – Decreto de Programação Financeira e Cronograma de execução mensal de Desembolso;
- OFÍCIO/CGM/007/2023 – Recomendação – Publicidade do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) e Relatório de Gestão Fiscal (RGF);
- OFÍCIO/CGM/008/2023 – Recomendação – Publicidade do Relatório de Gestão Fiscal (RGF);
- OFÍCIO/CGM/010/2023 – Comunicação – Prazo de envio dos Documentos da PCA 2022 ao Controle Interno para emissão de parecer conclusivo;
- OFÍCIO/CGM/011/2023 – Comunicação – Prazo de envio dos Documentos da PCA 2022 ao Controle Interno para emissão de parecer conclusivo;
- OFÍCIO/CGM/012/2023 – Comunicação – Prazo de envio dos Documentos da PCA 2022 ao Controle Interno para emissão de parecer conclusivo;
- OFÍCIO/CGM/013/2023 – Comunicação – Prazo de envio dos Documentos da PCA 2022 ao Controle Interno para emissão de parecer conclusivo;
- OFÍCIO/CGM/014/2023 – Recomendação e Orientação – Nomeação de fiscal de contrato;
- OFÍCIO/CGM/036/2023 – Comunicação – Cronograma de Auditorias do exercício de 2023;
- OFÍCIO/CGM/037/2023 – Comunicação – Cronograma de Auditorias do exercício de 2023;
- OFÍCIO/CGM/038/2023 – Comunicação – Cronograma de Auditorias do exercício de 2023;
- OFÍCIO/CGM/039/2023 – Comunicação – Alteração do Anexo V da IN 68/2020;
- OFÍCIO/CGM/040/2023 – Comunicação – Alteração do Anexo V da IN 68/2020;
- OFÍCIO/CGM/041/2023 – Recomendação – Reitera OFÍCIO/CGM/005/2023 – Elaboração de Decreto de Programação Financeira e Cronograma de execução mensal de Desembolso;
- OFÍCIO/CGM/047/2023 – Notificação – Execução judicial de dívida ativa



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

tributária municipal;

- OFÍCIO/CGM/048/2023 – Notificação – Cobrança administrativa da Dívida Ativa municipal por meio de protesto;
- OFÍCIO/CGM/052/2023 – Recomendação/Alerta – Achados da PCA 2022 – Contas do Prefeito – Proposições de melhoria nos instrumentos de planejamento;
- OFÍCIO/CGM/053/2023 – Recomendação/Alerta – Achados da PCA 2022 – Contas do Prefeito – Proposições de melhoria na elaboração dos Projetos de Lei;
- OFÍCIO/CGM/054/2023 – Recomendação – Reclamação da Ouvidoria Municipal – Adoção de procedimentos de otimização de atendimento por triagem aos pacientes de urgência;
- OFÍCIO/CGM/061/2023 – Comunicação Administrativa – Início da fiscalização de Auditoria pelo Núcleo de Controle Externo de Edificações – NED do TCEES;
- OFÍCIO/CGM/072/2023 – Recomendação – Achados do Processo de Auditoria 1666/2023 – Proposição de melhoria na elaboração de Projeto de Lei;
- OFÍCIO/CGM/074/2023 – Solicitação – Orientação para preenchimento de questionário online – fiscalização do Programa Nacional de Transparência Pública;
- OFÍCIO/CGM/075/2023 – Solicitação – Orientação para preenchimento de questionário online – fiscalização do Programa Nacional de Transparência Pública;
- OFÍCIO/CGM/077/2023 – Recomendação – Termo de Notificação Eletrônico 1728/2023 do TCEES – Descumprimento do limite de alerta de alerta de despesa total de pessoal no 1º semestre de 2023 (§1º, art. 59, LRF); Alerta de possibilidade de adoção do mecanismo de ajuste fiscal (art. 167-A, CRFB/88);
- OFÍCIO/CGM/081/2023 – Solicitação – Análise e aprovação das Minutas de normativas referente aos indicadores da Transparência Capixaba;
- OFÍCIO/CGM/091/2023 – Reitera OFÍCIO/CGM/143/2022 – Recomendação de Aprovação da Minuta de Instrução Normativa SFI nº 03/2022 – Sistema Financeiro – Procedimento de concessão e pagamento de diárias;
- OFÍCIO/CGM/092/2023 – Orientação-Recomendatória – Observância do cumprimento das normas do art.21, art.16 e art.17 da LRF;
- OFÍCIO/CGM/094/2023 – Recomendação – Decreto de encerramento de



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

exercício de 2023;

- OFÍCIO/CGM/096/2023 – Recomendação – Regulamentação da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021);
- OFÍCIO/CGM/097/2023 – Solicita – Adoção de medidas faz Recomendações do Procedimento de Investigação Preliminar nº 005/2021 – Processo nº 4118/2021;
- OFÍCIO/CGM/099/2023 – Solicita – Informações acerca do ponto de controle PCM 08/2023 – Prefeitura Municipal de Águia Branca – Repasse do Duodécimo;
- OFÍCIO/CGM/105/2023 – Comunicação – CidadES Folha de Pagamento – Consistências 6235 e 8921 – Impeditivas para o exercício de 2024;
- OFÍCIO/CGM/114/2023 – Comunicação – Novo procedimento para Ressarcimento de Diárias – Instrução Normativa SFI nº 03/2022;
- OFÍCIO/CGM/115/2023 – Comunicação – Novo procedimento para Ressarcimento de Diárias – Instrução Normativa SFI nº 03/2022;
- OFÍCIO/CGM/116/2023 – Comunicação – Novo procedimento para Ressarcimento de Diárias – Instrução Normativa SFI nº 03/2022;
- OFÍCIO/CGM/117/2023 – Comunicação – Novo procedimento para Ressarcimento de Diárias – Instrução Normativa SFI nº 03/2022;
- OFÍCIO/CGM/118/2023 – Comunicação – Novo procedimento para Ressarcimento de Diárias – Instrução Normativa SFI nº 03/2022;
- OFÍCIO/CGM/119/2023 – Comunicação – Novo procedimento para Ressarcimento de Diárias – Instrução Normativa SFI nº 03/2022;
- OFÍCIO/CGM/120/2023 – Comunicação – Novo procedimento para Ressarcimento de Diárias – Instrução Normativa SFI nº 03/2022;
- OFÍCIO/CGM/121/2023 – Comunicação – Novo procedimento para Ressarcimento de Diárias – Instrução Normativa SFI nº 03/2022;
- OFÍCIO/CGM/122/2023 – Comunicação – CidadES Folha de Pagamento – PCF – Novas consistências de vantagens – orientações;
- OFÍCIO/CGM/123/2023 – Comunicação – Novo procedimento para Ressarcimento de Diárias – Instrução Normativa SFI nº 03/2022;
- PARECER/CGM/002/2023 – Análise quanto ao procedimento de pagamento de multa no Processo de Despesa nº 347/2023;
- PARECER/CGM/004/2023 – Processo Licitatório nº 032/2021 – Aplicação de



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Recursos Fundeb

- PARECER/CGM/005/2023 – Recebimento indevido de valores por servidor;
- PARECER/CGM/014/2023 – Designação de servidor para trabalhos técnicos;
- PARECER/CGM/015/2023 – Quanto à possibilidade de conceder cota de combustível aos Vereadores;
- PARECER/CGM/019/2023 – Parecer Concurso Público – Edital nº 002/2022;
- PARECER/CGM/022/2023 - Recebimento indevido de valores por servidor.

Ressalta-se ainda, que no exercício de 2023 a Controladoria Geral do Município emitiu 14 (quatorze) pareceres com a finalidade de avaliar os processos de Aposentadoria e Pensões iniciados, com base na Instrução Normativa Municipal SPP - 03/2015 e no Anexo VII da Instrução Normativa 68/2020 do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, a saber:

PARECER DO CONTROLE INTERNO – APOSENTADORIAS E PENSÕES

1	PARECER/CGM/Nº001/2023	PROCESSO Nº 2339/2023
2	PARECER/CGM/Nº003/2023	PROCESSO Nº 2363/2023
3	PARECER/CGM/Nº006/2023	PROCESSO Nº 2382/2023
4	PARECER/CGM/Nº008/2023	PROCESSO Nº 2383/2023
5	PARECER/CGM/Nº009/2023	PROCESSO Nº 2396/2023
6	PARECER/CGM/Nº010/2023	PROCESSO Nº 2412/2023
7	PARECER/CGM/Nº011/2023	PROCESSO Nº 2427/2023
8	PARECER/CGM/Nº012/2023	PROCESSO Nº 2426/2023
9	PARECER/CGM/Nº013/2023	PROCESSO Nº 2438/2023
10	PARECER/CGM/Nº016/2023	PROCESSO Nº 2455/2023
11	PARECER/CGM/Nº017/2023	PROCESSO Nº 2456/2023
12	PARECER/CGM/Nº018/2023	PROCESSO Nº 2457/2023
13	PARECER/CGM/Nº020/2023	PROCESSO Nº 2486/2023
14	PARECER/CGM/Nº021/2023	PROCESSO Nº 2487/2023

3.3 Departamento de Controle Interno e Atividades Permanentes

No ano de 2023, consubstancia-se, a ocorrência de elaboração e atualização de Instruções Normativas Municipais e normas de Acesso à Informação, conforme listagem abaixo:



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Descrição	Situação
Instrução Normativa SFI nº 03/2022 – Prefeitura Municipal de Águia Branca	Aprovada pelo Decreto nº 10.431/2023
Alteração da Instrução Normativa SMA nº 02/2019 – Prefeitura Municipal de Águia Branca	Aguardando análise e Aprovação
Regulamentação da aplicação da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 – Lei de Proteção de dados pessoais (LGPD) no âmbito da Administração Pública	Aprovada pelo Decreto nº 10.383/2023
Regulamentação das medidas de proteção à identidade dos denunciantes de ilícitos e de irregularidades praticadas contra a Administração Pública Municipal direta e indireta, e dá outras providências.	Aprovada pelo Decreto nº 10.384/2023
Regulamentação do Plano de Dados Aberto – PDA 2023/2024 do Município de Águia Branca/ES	Aprovada pelo Decreto nº 10.385/2023

3.4 Acompanhamento do Processo de Prestação de Contas Anual

A Controladoria Geral examinou os documentos, que compõe a Prestação de Contas Anual relativo ao exercício financeiro de 2023 da Unidade Gestora Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Águia Branca sob a Presidência do Sr. Gilvani Pereira Rosa.

Denota-se que o exame teve por objetivo, o apoio ao controle externo no exercício de sua missão institucional, avaliando os resultados, quanto à eficácia e economicidade da gestão orçamentária, fiscal, previdenciária, financeira e patrimonial do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Águia Branca, em face ao cumprimento da norma constitucional prevista nos arts. 70 e 74 da CRFB/88 combinado com o art. 59 da Lei Complementar nº 101/2000, e consoante às determinações contidas na Instrução Normativa 68/2020 do TCEES, resultando nos Relatórios e Parecer Conclusivo do Órgão Central do Controle Interno, RELUCI, RELACI e INFOCI, que obrigatoriamente, compõe a Prestação de Contas Anual.

3.5 Acesso à Informação

A Lei de Acesso à Informação – Lei Federal nº 12.527 de 18 de novembro de 2011, tem a finalidade de garantir o acesso aos usuários às informações públicas



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

previstas no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no §2º do art. 216 da Constituição Federal.

Visando a implementação do acesso à informação no âmbito do Poder Executivo e Legislativo nos Municípios e seus demais entes, foi publicada Lei Ordinária Municipal nº 1.356, de 21 de julho de 2016, que regulamentou os procedimentos a serem adotados para assegurar o direito fundamental de acesso à informação no âmbito do Município de Águia Branca.

Com o advento da Lei Municipal, passou a ser uma das atribuições da Controladoria Geral do Município a divulgação e orientações aos gestores públicos e municipais sobre as medidas necessárias para, não só ser efetiva a implementação dessa Lei, bem como para buscar outros mecanismos efetivos ao cumprimento dos dispositivos, tais como, o atendimento de demandas através dos canais de acesso ao cidadão.

O marco inicial do Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC), no Município de Águia Branca/ES, iniciou-se em 21 de julho de 2016 pela Lei nº 1.356/16 e se efetivou no sistema online no ano de 2017, possibilitando ao cidadão solicitar informações para a Prefeitura e a obtê-las nos prazos previstos em lei.

A plataforma virtual (e-SIC) destinada a pedidos de informação permitiu que qualquer pessoa física ou jurídica encaminhasse pedidos de acesso à informação para a Prefeitura Municipal de Águia Branca, Fundo Municipal de Saúde e Instituto de Previdência.

Assevera-se que, no ano de 2023, foi realizada a Regulamentação da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) através do Decreto nº 10.383/2023, além da Norma de Proteção ao denunciante aprovada pelo Decreto nº 10.384/2023 que dispõe acerca das medidas de proteção à identidade dos denunciantes ilícitos e irregularidades praticadas contra a administração pública.

Além disso, foi aprovado o Plano de Dados abertos – PDA 2023/2024, através do Decreto nº 10.385/2023, que tem como finalidade orientar as ações de implementação e promoção de abertura de dados da Prefeitura Municipal de Águia Branca, observados os padrões mínimos de qualidade, de forma a facilitar o entendimento e a reutilização das informações.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

No exercício do ano de 2023, todas as solicitações registradas no e-SIC e na e-OUV (Ouvidoria) foram atendidas conforme demonstrado na tabela abaixo:

Tabela 1 - Evolução mensal dos números de pedidos de acesso à informação
Ano de 2023

MÊS	Quantidade de Solicitações	Total 2023
Janeiro	01	48 pedidos de acesso à informação e/ ou Ouvidoria
Fevereiro	06	
Março	07	
Abril	05	
Maio	03	
Junho	04	
Julho	03	
Agosto	02	
Setembro	02	
Outubro	06	
Novembro	04	
Dezembro	05	

Relatório Anual da Ouvidoria Municipal. Exercício de 2023. disponível no link:
<https://s3.amazonaws.com/el.com.br/portal/uploads/1801/arquivos/52D2F86F8181C220703B887CFD55A2D3.pdf>

3.6 Portal Transparência

O Portal da Transparência é um instrumento criado para divulgar os dados públicos necessários para o pleno exercício do controle social pelo cidadão. É a ferramenta por meio da qual a sociedade poderá adquirir o conhecimento necessário para o controle das ações de governo, bem como contribuir para a prevenção e combate à corrupção.

Em consulta realizada no Portal da Transparência, o cidadão possui acesso ao detalhamento das informações de compras, materiais e bens, receitas, despesas, repasses, contas públicas, pessoal e controle interno.

O referido Portal dispõe de ferramentas de auxílio na utilização do Portal da Transparência como o aumento e redução da fonte, itens de acessibilidade e libras, além de um canal de Perguntas e respostas frequentes.

3.7 Treinamentos dos Servidores da CGM

No exercício de 2023, a Equipe da Unidade Central de Controle Interno participou de diversos Cursos de Capacitação, conforme se menciona a seguir:



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

- Curso “Controle Interno – Procedimentos a serem adotados para atender as exigências do TCEES para enviar a PCA 2023”, realizado nos dias 09/02/2023 e 10/02/2023 em Vitória/ES, totalizando 16 horas/aula, ministrado pela Fundação Espírito-santense de Tecnologia – FEST;
- Painel: o controle social e sua importância para o controle interno e o desenvolvimento do Espírito Santo, realizado no dia 26 de maio de 2023, das 13h às 17h, no Auditório da Prefeitura de Vila Velha/ES;
- Reunião Técnica 2023 – FECONTES, realizada no dia 20 de novembro de 2023, das 14h às 16h, no Auditório da Receita Federal, em Vitória/ES;
- Encontro Estadual do Controle Interno – Gestão de Riscos em Compras e Contratações Públicas, realizado no dia 20 de novembro, a partir das 9h, no Auditório da Receita Federal, em Vitória/ES;

4. TOMADAS DE CONTAS ESPECIAIS (TCE) E PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS INSTAURADOS NA UG.

COD	PONTO DE CONTROLE	Base legal	INFORMAÇÕES ANALISADAS	PROCEDIMENTO A SER ADOTADO	Universo do Ponto de Controle ³	Amostra Seleccionadas

COD	Achados	Proposições/Alertas	Situação

OBS: NÃO HÁ OCORRÊNCIA NO EXERCÍCIO DE 2023.

5. ATENDIMENTOS AO TRIBUNAL DE CONTAS CONTROLE EXTERNO, FISCALIZAÇÃO E LEVANTAMENTO.

Quanto aos atendimentos realizados pela Unidade Central de Controle Interno, em razão das Notificações encaminhadas pelo TCEES ao Controle Interno, se destaca:



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

- Reclamação TC nº 062/2023-1 – Ouvidoria do TCEES;
- Notícia de Irregularidade TC nº 161/2023-9 – Ouvidoria do TCEES;
- Notícia de Irregularidade TC nº 307/2023 – Ouvidoria do TCEES;
- Programa Nacional de Transparência Pública (PNTP), com os objetivos de padronizar, orientar, estimular, induzir e fiscalizar a transparência de Poderes e órgãos públicos de todo o país;
- Resposta ao Ofício de Submissão de Achados – Processo TC 1673/2022-5;
- Resposta ao Ofício nº 01/2023 – Termo de Designação 09/2023 – Levantamento de contratos de serviços terceirizados de mão de obra no Município de Águia Branca/ES;
- Resposta ao Ofício nº 01458/2023 – Monitoramento de ajustes contábeis – SICONFI;
- Resposta ao Ofício 1696/2023 – Informa responsável a servir de contato para fiscalização do Núcleo de Controle Externo de Edificações – NED;
- Resposta ao e-mail enviado dia 26/04/2023 – Monitoramento de ajustes contábeis – SICONFI;
- Manifestação – Processo TC nº3411/2021;
- Ofício de Comunicação – Informa problemas apresentadas na plataforma do PNTp;
- Resposta ao Ofício 4066/2023 – Auditoria Operacional da Educação para Relações Étnico-raciais (AOp Erer);
- Projeto InterAgir – Diagnóstico sobre a estrutura e o funcionamento do sistema de controle interno nos municípios brasileiros;
- Ofício 03024/2023 do TCEES - Questionário - Política de atenção à primeira infância nas áreas de saúde, educação e assistência social;
- Ofício 4104/2023-9 do TCEES – Questionário - ações de prevenção adotadas pelo Município são suficientes para mitigar os danos esperados, em caso de desastres naturais.

6. ATENDIMENTO AS DEMANDAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

No tocante as demandas do Ministério Público Estadual, o órgão de Controle Interno atende as solicitações encaminhadas a cargo de fiscalização e apoio ao controle externo ministerial.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Desse modo, alcança destaque a fiscalização realizada pelos Centros de Apoio Operacional do Ministério Público do Estado do Espírito Santo - CAOs/MPES, ao qual realizou pesquisa sobre o CONTROLE INTERNO MUNICIPAL, cujo objetivo é identificar como se encontram as atuais estruturas das unidades de Controle Interno nos municípios do Estado do Espírito Santo.

Além disso, vale destacar o Monitoramento do Procedimento de Investigação Criminal (PIC-MP) sob o nº MPES 2021.0019.3260-95.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos levantamentos realizados pelo Controle Interno, e das documentações e informações prestadas, ponderou-se que as atividades relacionadas ao Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais – ÁGUA BRANCA PREV a serem desenvolvidas pelo Controle Interno no ano de 2023 através do PAAI/2023 e da análise dos itens de controle da IN 68/2020 do TCEES, foram desenvolvidas de acordo com a disponibilidade de execução dos trabalhos do Controle Interno.

Para o exercício de 2024, as ações da Controladoria Geral do Município – CGM serão voltadas para a melhoria dos mecanismos de Transparência ao cidadão, e levantamento acerca da atualização das normas de controle com vistas a dar continuidade à reestruturação do Sistema de Controle Interno.

Além disso, a CGM estará buscando conhecimento através da capacitação dos seus servidores no intuito de aprimorar as atividades desempenhadas pela unidade de Controle Interno, com a formulação de metas e análise de matriz de risco para os anos subsequentes.

Águia Branca/ES, 25 de março de 2024.

MENARA SCALDAFERRO RODRIGUES

Controladora Geral do Município
OAB/ES 29.295 - Decreto nº 9.245/2021